

Hannah Arendt e as Origens do Totalitarismo

por Inês Madeira de Andrade*

Prefácio

A minha intervenção, subordinada ao tema *Hannah Arendt e as Origens do Totalitarismo*, divide-se em duas partes. Na primeira parte, apresento as ideias principais elaboradas por Hannah Arendt em *The Origins of Totalitarianism*, primeiro publicado em inglês¹ e só depois em alemão, com o título *Elemente und Ursprünge totaler Herrschaft*,² ou seja, *Os Elementos e as Origens do Regime Totalitário*, título que me parece traduzir melhor o conteúdo do livro. Hannah Arendt analisa o antisemitismo, a crise do Estado-Nação (“National-staat”), o racismo, a expansão pela expansão, a aliança entre o capital e o “mob” sublinhando que estes elementos não são totalitários em si, mas que, em conjunto, constituem a base, ou seja, as origens do nacional-socialismo, que, enquanto regime totalitário, se encontra no centro da sua análise.³ Restringindo-se às fontes existentes na época, Hannah Arendt não se limita a descrever as fontes históricas e sociológicas desse regime, mas aponta também para uma reflexão sobre a forma como atitudes e formas de comportamento levaram à sua consolidação e sobre o tipo de atitudes e comportamentos que o poderiam ter evitado. Partindo do que Hannah Arendt escreve sobre aqueles que não colaboraram, sobre a forma como recusaram a sua colaboração e sobre os motivos que o inspiraram, analiso, na segunda parte da minha intervenção, algumas das suas considerações sobre a relação entre a filosofia e a política. Um exemplo desta relação, encontra-se na distinção entre o domínio privado e o domínio público e nas suas implicações para a vida política. O fundamento e os limites dessa distinção podem ser deduzidos do conceito de “condição humana” desenvolvido em *Vita Activa*³, mas já presente na obra sobre o totalitarismo.

* Bolseira Investigadora da Universidade Ludwig-Maximilian de Munique.

1 Cf. ARENDT, Hannah, *The Burden of Our Time*, London, Secker and Warburg, 1951, e *The Origins of Totalitarianism*, New York, Harcourt Brace Jovanovich, 1951.

2 Cf. ARENDT, Hannah, *Elemente und Ursprünge Totaler Herrschaft*, Munchen, Piper, 1955. O livro foi traduzido para português com o título *O Sistema Totalitário*, Lisboa, Dom Quixote, 1978.

3 Embora o livro também contenha referências ao estalinismo, Hannah Arendt concentra-se na análise do nacional-socialismo. Mais tarde, viria a iniciar um estudo sobre os elementos totalitários no marxismo, que não veio a terminar.

Considerando a complexidade de cada uma das partes - antissemitismo, imperialismo, regime totalitário - do livro *Elemente und Ursprunge Totaler Herrschaft*, publicado em alemão em 1955, e constatando a dificuldade em encontrar uma relação entre elas, Karl Jaspers aconselha no prefácio ao livro, que se comece a estudá-lo pela terceira parte, onde o regime totalitário é analisado. Neste contexto, põem-se duas questões. Em primeiro lugar: Que relação existe entre as três partes do livro? Em segundo lugar: O que caracteriza, na perspectiva de Hannah Arendt, o regime totalitário?

Procurando responder à primeira questão, diria que não se trata de estabelecer uma relação causal necessária entre os três elementos - antissemitismo, imperialismo, regime totalitário - mas "de salientar os elementos principais do nacional-socialismo, de os situar e de estudar os problemas políticos reais nos quais os elementos se baseiam. O objectivo do livro não consiste em dar respostas, mas em sondar o terreno."⁵ A análise do imperialismo que, na interpretação de Hannah Arendt, resultou na crise do capitalismo, por sua vez ligada à crise do Estado-Nação, limita-se ao imperialismo colonial europeu até ao fim do domínio inglês sobre a Índia. Para além do imperialismo, por um lado, e do racismo e da burocracia como princípios de domínio e de organização, por outro, Hannah Arendt destaca a forma como o antissemitismo foi usado pelo nacional-socialismo para estabelecer o regime totalitário. Distingue o antijudaísmo do antissemitismo por motivos políticos, o qual se desenvolveu a partir de fins do séc. XIX, quando o Estado-Nação, que garantia os direitos dos cidadãos, começou a entrar em crise, levando a que a população se identificasse menos com este e a que os judeus deixassem de ser considerados úteis do ponto de vista político e económico. O que aconteceu aos judeus nos campos de concentração é prefigurado, de acordo com Hannah Arendt, na situação dos apátridas ("Staatenlose"), que depois da Primeira Guerra Mundial, foram privados dos seus direitos e da protecção do estado de que tinham sido cidadãos.

Passo à segunda questão, às características do regime totalitário. Hannah Arendt sublinha a novidade absoluta do nacional-socialismo⁶, em que "tudo é possível"⁷ e em que é "a própria natureza humana que está em jogo."⁸ É na tentativa de mudar a natureza humana que Hannah Arendt vê o "mal absoluto"⁹, vindo mais tarde, durante o processo de Eichmann em Jerusalém, a abandonar esta concepção para passar a referir-se ao mal como banalidade.¹⁰ O que significa mudar a natureza humana? Para Hannah Arendt, consiste em não respeitar a pluralidade, a capacidade de pensar, de iniciar a acção, de limitar processos naturais, de legislar, de criar estruturas para abrigar a vida. Quando a condição básica da pluralidade não é compreendida, assiste-se à redução do espaço público a um espaço em que a comunicação, enquanto manifestação da responsabilidade pelo espaço público, é substituída por reflexos da propaganda. A falta de "common sense" facilita a aceitação da

5 Cf. Young-Bruhl, Elisabeth, *Hannah Arendt, Leben, Werk und Zeit*, Frankfurt am Main, Fischer, 1991, 287.

6 "O horror não se deve simplesmente à novidade, mas ao facto de esta novidade romper com a ideia de continuidade da nossa história e com os conceitos e as categorias do nosso pensamento político. Quando nos dizemos: isto não devia ter acontecido, queremos dizer que não conseguimos dominar estes acontecimentos na acção política e no pensamento histórico-político com os grandes meios do nosso passado tornados sagrados por grandes tradições." Cf. ARENDT, Hannah, *Elemente*, 705.

7 "... everything is possible...". Cf. ARENDT, Hannah, *Origins of Totalitarianism* vii, 299, 374, 414, 433-4.

8 "Human nature as such is at stake." *op. cit.*, 433.

9 *ibidem*.

10 A expressão "banalidade do mal" é utilizada para designar a questão da "falta de consciência" na burocratização do poder e da plena justificação ideológica para a acção. Cf. ARENDT, Hannah, *Eichmann in Jerusalem: a Report on The Banality of Evil*, London, Faber and Faber, 1963.

ideologia que cria as condições necessárias para introduzir um sistema de terror.

Enumero, em seguida, algumas características elaboradas por Hannah Arendt para descrever o movimento nacional-socialista:

1. A imagem do movimento estruturado como uma cebola ("Zwiebelstruktur"), "em que cada camada - as organizações, as associações profissionais, o facto de se ser membro do partido, a burocracia do partido, as formações de elite e os grupos da polícia - constitui uma fachada para a camada exterior, e outra para a camada interior, mais radical por se encontrar mais perto do centro. A grande vantagem deste sistema é que o movimento proporciona a cada camada, mesmo sob as condições do domínio totalitário, a ficção de um mundo normal associado à consciência de se ser diferente e mais radical do que esse mundo."¹¹

2. A "apropriação" total da pessoa: o movimento apodera-se de cada um, de modo a já não ser possível a separação entre o espaço privado e o espaço público.

3. O isolamento das pessoas na sociedade: o isolamento leva à falta de sentido da realidade e à constituição de uma massa amorfa, que se deixa dirigir por um mundo fictício, embora coerente em si. Hannah Arendt constata que os sistemas totalitários tendem "a provar que é possível basear a acção em qualquer hipótese e que, no decorrer de uma acção consequentemente executada, a hipótese específica se torna verdadeira, se transforma em realidade de facto."¹²

Referindo-se a alguns dos que se mostraram incapazes de um confronto com a própria consciência, contribuindo para que o mal se instaurasse, Hannah Arendt ironiza: "Na sua peça «Os Últimos Dias da Humanidade», Karl Kraus descreve os acontecimentos da última guerra [a Primeira Guerra Mundial] e deixa cair o pano depois de Guilherme II ter exclamado: "Não quis isto!" E o elemento trágico-cómico nisto é que foi realmente assim. Quando o pano cair desta vez [a Segunda Guerra Mundial] vamos ser obrigados a ouvir um coro inteiro de "bons burgueses" ("Spieher") gritar: "Não fizemos isto!" Mesmo que entretanto já não tenhamos vontade de rir, o elemento cruel nisto é que vai ser realmente assim." Cf. ARENDT, Hannah, "Organisierte Schuld", *Die Verbogene Tradition*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1976, 40.

¹¹ Cf. ARENDT, Hannah, *Elemente*, 639.

"In contradistinction to both tyrannical and authoritarian regimes, the proper image of totalitarian rule and organization seems to me to be the tructure of the onion, in whose center, in a kind of empty space, the leader is located: whatever he does - whether he integrates the body politic as in an authoritarian hierarchy, or oppresses his subjects like a tyrant - he does it from within, and not from without or above. All the extraordinarily manifold parts of the movement: the front organizations, the various professional societies, the party membership, the party bureaucracy, the elite formations and police groups, are related in such a way that each forms the façade in one direction and the center in the other, that is, plays the role of normal outside world for one layer and the role of radical extremism for another. The great advantage of this system is that the movement provides for each of its layers, even under conditions of totalitarian rule, the fiction of a normal world along with a consciousness of being different from and more radical than it. Thus, the sympathizers in the front organizations, whose convictions differ only in intensity from those of the party membership, surround the whole movement and provide a deceptive façade of normality to the outside world because of their lack of fanaticism and extremism, while, at the same time, they represent the normal world to the totalitarian movement, whose members come to believe that their convictions differ only in degree from those of other people, so that they need never be aware of the abyss which separates their own world from that which actually surrounds it. The onion structure makes the system organizationally shock-proof against the factuality of the real world." "What is Authority?" *Between Past and Future. Eight Exercises in Political Thought*, New York, The Viking Press, 1969, pp. 99-100.

¹² Cf. ARENDT, Hannah, "The Concept of History." *Between Past and Future. Eight Exercises in Political Thought*, New York, The Viking Press, 1969, p. 87

“Uma vez estabelecida a premissa, determinado o ponto de partida do pensamento ideológico, este deixa de poder ser influenciado pela experiência e ensinado pela realidade.”

(Arendt, *Elemente*, 720)

4. A burocracia como forma de domínio, na qual a administração substitui o governo, e o decreto (“Verordnung”) e as determinações anónimas de um escritório substituem a lei. O assassinio de massas organizado pela administração (“Verwaltungsmassenmord”)¹³, como resultado da junção do decreto e do terror, corresponde ao desenvolvimento consequente do domínio da burocracia

5. O terror, característica essencial do regime totalitário:

“É como se tudo o que liga as pessoas umas às outras fosse destruído na crise, de forma a cada um se sentir abandonado por todos e impossibilidade de confiar em coisa alguma. O cinto de ferro do terror, com o qual o aparelho totalitário arrasta as massas por ele organizadas para o movimento, aparece como único suporte e a “lógica gelada”, com a qual os dirigentes totalitários preparam os seus adeptos para o pior, como a única coisa em que se pode confiar. Quando se compara esta prática com a prática da tirania, é como se se tivesse encontrado o meio para pôr o próprio deserto em movimento, para desencadear a tempestade de areia sobre todas as partes da terra habitada.”

(Arendt, *Elemente*, 729).

5.1. A dimensão irracional do terror, cujo fim consiste em manter as vítimas num medo permanente por serem imprevisíveis as medidas tomadas pelo poder totalitário.

5.2. A dimensão incomensurável do terror.

6. Os campos de concentração como centros do terror absoluto: os campos de concentração são “os laboratórios para a experiência do domínio total, porque por causa da constituição da natureza humana este objectivo só pode ser realizado sob condições extremas de um inferno criado pelo próprio homem. Consegue-se o domínio total quando a pessoa humana, que constitui sempre uma mistura própria de comportamento espontâneo e condicionado, é transformada num ser completamente condicionado, cujas formas de comportamento até podem ser calculadas quando a pessoa é conduzida à morte certa.” (Arendt, *Nach Auschwitz, Vollendete Sinnlosigkeit*, 24). O processo de desintegração da personalidade compreende a destruição da pessoa a nível jurídico, moral e individual, de modo a levar “à redução dos seres humanos ao denominador comum de «reações idênticas».”¹⁴

7. A obsessão com a higiene verificada nos campos de extermínio corresponde à lógica interna do regime, sendo simultaneamente expressão da perversão do regime.

¹³ Cf. ARENDT, Hannah, “Organisierte Schuld.” *Die Verborgene Tradition. Acht Essays*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1976.

¹⁴ Cf. ARENDT, Hannah, “Die Vollendete Sinnlosigkeit.” *Nach Auschwitz. Essays und Kommentare 1.*, Berlin, Tiamat, 1989, pp. 24-25.

8. A “revolução permanente”¹⁵ como dinâmica interna necessária ao regime totalitário:

“...o dirigente totalitário vê-se confrontado com uma tarefa dupla e contraditória em si: por um lado tem de estabelecer o mundo fictício do movimento como realidade (que domina a vida quotidiana), por outro lado, tem de impedir que este mundo “revolucionário” se estabeleça, (porque a estabilidade das suas leis e das suas instituições levaria à destruição do próprio movimento).”

(Arendt, *Elemente*, 612-613)

Na descrição do fenómeno totalitário, Hannah Arendt desenvolve alguns aspectos da análise feita por Franz Neumann¹⁶ em *Behemoth* - a lógica interna dos sistemas totalitários, a ligação entre a propaganda e o terror, a capacidade de organizar as massas amorfas -, distinguindo-se de Franz Neumann por não se limitar a encontrar as fontes do regime totalitário em condições sociais, mas também na condição do ser humano, cujas escolhas e acções, na perspectiva de Hannah Arendt, nunca são exclusivamente determinadas nem pela natureza nem pela história.

II

Em *Elemente und Ursprunge Totaler Herrschaft*, Hannah Arendt recusa a concepção de um processo histórico inevitável,¹⁷ o que a leva a acentuar as possibilidades de impedir a constituição de regimes totalitários. Constatando que mesmo no regime nacional-socialista houve quem não colaborasse, e que aqueles que não colaboraram não pertenciam a nenhum grupo social particular, mas provinham de estratos sociais diferentes, Hannah Arendt sublinha que tinham em comum a capacidade de julgar independentemente e de agir de acordo com a própria consciência.¹⁸ Como paradigmas morais refere Sócrates e Jesus. O diálogo interior socrático¹⁹ é um exemplo da consciência puramente secular que, através da reflexão, não conduz ao automatismo da acção. Embora Hannah Arendt não veja em Jesus, Deus incarnado, mas apenas um homem extraordinário, reconhece a profundidade da bondade que é, em primeiro lugar, uma atitude interior que se revela na acção, mas que não procura evidenciar-se. “Quem tem consciência de fazer uma boa acção, já não pode ser considerado bom.” (Arendt, *Vita Activa*, 71). A tese de Hannah Arendt é que a integridade moral não chega para evitar o mal político. Um homem que mantivesse um diálogo interior - no sentido socrático - e um bom cristão poderiam dar a vida num campo de concentração, mas provavelmente não se envolveriam suficientemente na política para impedir a construção do campo de concentração. Hannah Arendt sublinha que a acção relevante para o espaço público pode decorrer do espaço privado, mas que isso não acontece necessariamente. Frisando a importância dos espaços públicos alternativos que não sejam políticos como elementos de “destotalização” de regimes totalitários, Hannah Arendt defende, para além destes, a necessidade de criar e de manter estruturas na vida

¹⁵ Cf. Veto, Miklos, “Cohérence et Terreur: Introduction à la Philosophie Politique de Hannah Arendt.” *Archives de Philosophie*, 45 (Octobre- Décembre 1982), pp 549-584.

¹⁶ Cf. NEUMANN, Franz, *Behemoth*, 1942.

¹⁷ Cf. ARENDT, Hannah, *Origins of Totalitarianism*, vii-viii.

¹⁸ Cf. ARENDT, Hannah, “Was heibt personliche Verantwortung unter einer Diktatur?”, *Nach Auschwitz. Essays und Kommentare I.*, Berlin, Tiamat, 1989.

¹⁹ Cf. ARENDT, Hannah, “Thinking and Moral Considerations.”, *Social Research*, 38/3 (Fall 1971), pp. 417-446.

política que garantam a pluralidade humana, para que o mal seja realmente evitado na esfera política. Essas estruturas subsistem quando aqueles aos quais é dada a possibilidade de se realizarem se sentem responsáveis pelas estruturas e consentem nelas. O modelo defendido por Hannah Arendt é o da república como única *forma regiminis* que é - por o exercício do poder se basear na constituição - uma garantia institucional, tanto da possibilidade de discussão no espaço público, como dos direitos. Este modelo, em que através do princípio de *checks and balances* o poder executivo é limitado, opõe-se ao regime totalitário, em que, como Hannah Arendt escreveu a Karl Jaspers a 4 de Março de 1951, o mal radical consiste na destruição da "unpredictability" humana: tornar os homens supérfluos enquanto seres humanos significa ceder à ilusão da onipotência humana, que destrói a capacidade propriamente humana da pluralidade.²⁰ "A nudez abstracta de se ser humano"²¹ não chega para que os direitos sejam sempre garantidos, como foi demonstrado na situação dos apátridas que depois da Primeira Guerra Mundial se viram privados dos seus direitos. "Parece que um homem que nada mais é senão um homem perdeu as qualidades fundamentais que permitem aos outros tratá-lo como igual."²² Desta evidência resulta, para Hannah Arendt, a necessidade de pensar as possibilidades de constituir a vida social e política, no sentido de fazer sempre justiça ao homem enquanto homem.

20 Cf. *Hannah Arendt - Karl Jaspers. Briefwechsel 1926-1969*, Munchen, Piper, 1985, p. 202.

21 Cf. ARENDT, Hannah, *Elemente*, 467.

22 *ibidem*.